

Colóquio Internacional Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 – www.tvrealidade.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas
Grupo de Análise de Telejornalismo



TV e cuidado infantil: *SuperNanny* e a esquematização da ordem familiar

Flávio Roberto Meurer

Doutorando em Comunicação e Informação - UFRGS
Professor do Centro Universitário Univates

Resumo

O programa de TV *SuperNanny* é a versão televisiva mais recente de um tipo de produto cultural destinado a ensinar aos pais a melhor forma de criar e de educar os filhos. Por meio de diversos manuais e tratados, sobretudo nos últimos dois séculos, os especialistas nesse cuidado (médicos, psicólogos etc.) delineararam modos de condução da vida doméstica. Assim, a autoridade dos pais viu-se abalada, fazendo com que eles aumentassem sua dependência dos especialistas. Este trabalho propõe-se a refletir de que maneira o programa *SuperNanny* insere-se nesse panorama. Nele, a psicopedagoga Cris Poli é chamada para ajudar pais que já não sabem o que fazer para dar um rumo à vida familiar. Ao mostrar como a situação inicial de caos – a desobediência das crianças, a confusão dos pais, o sofrimento da família inteira – ganha uma organização, *SuperNanny* esquematiza uma realidade de incerteza diante do futuro da infância.

A SuperNanny entra em cena

Sucesso em várias partes do mundo, o programa *SuperNanny* começou a ser exibido na TV aberta brasileira em 2006, no SBT, e atualmente se encontra em sua quarta temporada. Os problemas relativos à infância e as soluções propostas para eles, exibidos em forma de *reality show*, aparentemente tocaram em muitas das necessidades e dos anseios dos telespectadores. Segundo o site do programa¹, 40 famílias já foram ajudadas e outras 25 mil já se inscreveram para tentar conseguir a ajuda da apresentadora, que está sempre “disposta a resolver os problemas dos pais desesperados e confusos com a educação dos pequenos” (*SuperNanny*, on line). Cris Poli, a pedagoga argentina radicada no Brasil que encarna a SuperNanny brasileira, começa a visita observando o cotidiano da família para, depois de analisar o que está acontecendo, chamar os pais para uma conversa “séria e construtiva”. Então dá dicas, conselhos e mostra atitudes que podem restaurar a harmonia da casa. E qual é o principal problema dos pais que a procuram? Diz ela: “o problema mais comum é que atualmente os pais não sabem assumir a autoridade. Isso realmente aperta o meu coração. As crianças não têm mais limites” (*SuperNanny*, on line).

É possível perceber que o programa *SuperNanny* reproduz, em linhas gerais, o panorama social da infância, que aponta para a racionalização do cuidado infantil: o especialista entra – literalmente – no lar, diagnostica o problema e propõe um plano de ação que deve ser seguido à risca para que os resultados sejam alcançados. Isso porque os pais vivem em um ambiente de tensão e, portanto, buscam agir “em nome de uma certeza” (Lajonquière, 2002).

Um site de vendas (www.americanas.com.br)² apresenta a seguinte sinopse para o conjunto de DVDs da primeira temporada:

¹ <http://www.sbt.com.br/supernanny/programa>, acessado em 12 de abril de 2008.

² Um outro site de vendas, Submarino (www.submarino.com.br), vende, junto com os DVDs, um kit de vigilância para que os pais controlem os filhos através de câmeras de TV.

Crianças são os seres mais puros e doces do mundo, mas podem virar a vida de uma família de cabeça para baixo se os pais não determinarem alguns limites. Para muitos pais, o que parece uma tarefa fácil, pode acabar se tornando uma loucura! Se você não acredita nisso, basta assistir a *SuperNanny* - 1ª Temporada Completa, o programa que virou uma verdadeira sensação na televisão brasileira e que é um dos maiores fenômenos de audiência em todo o mundo. É exatamente quando a situação aperta e a família não sabe mais a quem recorrer, que entra em cena nossa *SuperNanny*. Perita em Educação Infantil, Cris Poli, eleita a "SuperNanny" brasileira, põe em prática todas as técnicas para colocar estas crianças "arteiras" na linha. Todo o processo de re-educação da criança e de seus pais, assim como os resultados que parecem "milagrosos", você vai poder conferir assistindo *SuperNanny* - 1ª Temporada Completa em DVD. Uma verdadeira aula prática de educação Infantil à disposição de todas as famílias brasileiras.

Essa apresentação mostra que o programa é vendido como uma verdadeira fonte de conselhos e instruções para os pais que precisam “re-educar” seus filhos quando a “coisa aperta” em função da ausência de limites.

Vejamos como se desenrola a ação em *SuperNanny*. A trama do programa é quase sempre a mesma: são mostradas as dificuldades que os pais enfrentam, seu pedido de socorro e a entrada em cena da Nanny. A partir daí, esta acompanha a família por algum tempo, observa seus problemas e passa a dar sugestões de organização da vida familiar. As medidas são implementadas, já sem a presença imediata da consultora, que apenas observa via vídeo o desenrolar dessa implementação. Depois disso, ela volta ao lar problemático para indicar os erros que foram cometidos e então mostrar o caminho para corrigi-los.

Nota-se logo à primeira vista que a Nanny entra no lar não para levar alegria e música às crianças e assim amolecer o coração de adultos ranzinzas, como faziam as personagens de Julie Andrews nos filmes *Mary Poppins (1964)* ou *Noviça Rebelde (1965)*. Pelo contrário, seu comportamento é bastante austero, assim como sua maneira de se vestir: roupas sérias e discretas, que remetem mais ao trabalho executivo e administrativo do que às babás e às amas do passado. Ela se tornou uma espécie de síntese dos especialistas, apresentando-se como a figura “carinhosa e firme, doce e tirânica” (Costa, 1999, p. 77) que uma vez foi o médico da família.

O que este trabalho pretende é compreender por que esse programa encontra resposta em termos de consumo por parte de boa parcela do público. A que

necessidades ele faz referência e como se legitima? A resposta passa, segundo entendemos, por dois pontos essenciais: um, de caráter histórico, que diz respeito ao processo de racionalização do cuidado infantil, em que entra em cena a figura do especialista, representada midiaticamente pela Super Nanny; outro refere-se à maneira como o programa se apresenta, num movimento que vai do caos à ordem, agindo como organizador da vida diária.

A racionalização do cuidado infantil e a figura do especialista

O século XIX marca, na história do Ocidente, um momento, senão de surgimento, pelo menos de maior visibilidade da infância. Nessa época, as crianças foram sistematicamente afastadas do mundo adulto por meio da obrigatoriedade da educação formal, do aumento da idade mínima para a maioridade e das tentativas de erradicação do trabalho infantil. O Romantismo, expressão cultural da ascensão da burguesia, atribuía uma bondade e uma pureza naturais às crianças, colocando-as como representantes do ideal de natureza, oposto à industrialização e à urbanização crescentes. Segundo Buckingham (2007, p. 22), “foi também nessa época que o estudo científico da infância – mais notadamente na forma da pediatria e da psicologia do desenvolvimento – começou a se estabelecer; e esse trabalho logo chegou à literatura popular de aconselhamento dirigida aos pais”.

Os discursos *sobre a infância* são parte essencial do processo de produção social da infância. Aquilo que Buckingham assinala como a proliferação de conceitos sobre o desenvolvimento físico e mental das crianças no século XIX possui certa linha de continuidade com os discursos que hoje pretendem lidar com a infância. Hoje, nosso esforço de perpetuação da infância passa pela regulação da melhor forma de lidarmos com as crianças. O cuidado infantil – tratamento diferenciado para os seres a quem atribuímos o caráter infantil, as crianças – possui uma história que se confunde com a própria história da infância. Nosso “sentimento de infância” – a consciência da diferença qualitativa entre adultos e crianças (Ariès, 1981) – é um produto da modernidade e se constituiu junto à necessidade de se dedicar uma atenção especial às

crianças no que se refere a sua saúde e sua formação intelectual e moral. Os trajes especiais para cada fase da infância, nos séculos XVI e XVII, e os manuais de puericultura e de civilidade dedicados à formação dos futuros cidadãos indicam uma nova ordem social, que aos poucos abandonava os laços medievais (Revel, 1991). O surgimento desse sentimento de infância foi, em parte, produto de uma nova percepção das pessoas em relação ao corpo, à vida e à morte (Gélis, 1991). Tornou-se possível, por meio dos avanços da ciência, conter a mortalidade infantil. Se era possível evitar a morte da maior parte da prole, então se abria espaço para um maior apego àquelas crianças que sobreviviam. A nova racionalidade que invadiu a sociedade ocidental a partir do século XVI apontava para o futuro. As crianças, como portadoras desse futuro, deviam ser bem cuidadas.

Coube à família a tarefa de zelar pelos cidadãos do futuro. Assim, o seu centro de gravidade passou a ser a criança. Esta formação familiar – pai provedor e mãe cuidadora, organizados em torno dos filhos – teria seu auge no século XIX, com a família nuclear burguesa, e atualmente passa por uma crise. Porém, a crise não é tão recente: na própria origem da família burguesa encontra-se o elemento que seria definitivo para a constituição dessa problemática – *a figura do especialista*, representante da racionalidade estatal. Como diagnosticou Horkheimer (1990), a intervenção do tecnicismo de Estado nas relações entre os membros da família é um processo que obedece a um movimento mais profundo do capitalismo. “É a tendência originária da própria economia para a dissolução de todos os valores e instituições culturais que a burguesia criou e manteve vivos” (idem, p. 235).

O fechamento da família burguesa em torno do cuidado das crianças se deve também à intervenção dos médicos, que pretendiam racionalizar esse cuidado de acordo com as exigências científicas (Costa, 1999). Segundo esse autor, no Brasil da metade do século XIX, os chamados “higienistas” desempenharam um importante papel no trabalho de assimilação da população a uma nova ordem estatal, o que significava deixar para trás a organização social colonial, baseada na propriedade rural, na tradição e na religião. Vários tratados de caráter médico publicados nessa época serviram de suporte às diversas transformações que deveriam se impor ao modo

de vida do Brasil imperial, como a urbanização, a higienização e o controle populacional.

Antes da intervenção da higiene, o papel da criança era secundário dentro da família. O pai, fonte do poder, era o elemento principal em uma sociedade dividida basicamente entre senhores e escravos, entre proprietários e propriedades. Essa relação social predominante se estendia às relações dentro da família, entre os sexos e entre as gerações. O pai, em seu supremo poder, só dava atenção aos hábitos passadistas garantidores da sobrevivência, e, dessa forma, dispunha da vida dos filhos de maneira instrumental, como extensão da propriedade. Os higienistas identificaram essa ordem familiar como fonte da mortalidade infantil, que precisava ser contida para o bom andamento do processo de urbanização da sociedade brasileira. Segundo eles, o pai deveria deixar de ser dono dos filhos para se tornar seu tutor. Ao mesmo tempo, a mãe ganhava ascendência dentro do lar, pois ela assumia a responsabilidade de iniciar a educação da criança, a que devia dispensar todo seu cuidado e atenção. Os médicos, portanto, se tornavam aliados da mulher e da criança no jogo de forças contra o pai e sua posição de autoridade absoluta.

Neste sentido uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família. Fazendo-se adotar por esta instituição, o médico combatia o desprestígio social de que era vítima e produzia uma nova fonte de benefícios econômicos. Pouco a pouco, como observou Gilberto Freyre, o confessor e o filho-padre [figuras importantes na ordem colonial] foram sendo substituídos por essa figura carinhosa e firme, doce e tirânica, o *médico da família* (Costa, op. cit., p. 77).

A importância da família para o Estado aumenta, pois é nela que deviam se concentrar os esforços para o controle populacional. O Estado intervinha na família mostrando que a submissão aos ditames médicos e científicos era uma fonte de benefícios para os próprios indivíduos. Como nem sempre a família era capaz de seguir fielmente essa ordem, as profissões assistenciais, já no final do século XIX, passaram a intervir mais fortemente na organização familiar. Tornou-se comum a incursão de médicos, juízes e policiais no âmbito privado em nome dos “interesses da criança”, que se torna um “ser social” (Perrot, 1991). A sociedade assumiu o papel de

“mãe provedora”, tomando para si muitas das funções que antes pertenciam à família. A ciência e a tecnologia se tornaram a referência na organização doméstica, como parte de um esforço no sentido de remodelar a vida privada em função de novas necessidades sociais ligadas ao Estado burocrático e ao mercado de consumo (Lasch, 1991).

Porém, esse controle social se impôs não pela simples intensificação da vigilância externa, mas também pela cumplicidade da família. A relação entre a intervenção da sociedade no âmbito privado e a desautorização paterna no cuidado dos filhos se deu na forma de um círculo vicioso.

A difusão da nova ideologia de bem-estar social teve o efeito de uma profecia auto-realizada. Ao convencer a dona de casa e, finalmente, até mesmo seu marido, que confiasse na tecnologia e nos conselhos de especialistas externos, o aparato do ensino em massa – sucessor da Igreja em uma sociedade secularizada – minou a capacidade da família de prover-se a si mesma e assim justificou a contínua expansão dos serviços de saúde, educação e bem-estar (idem, p. 41).

Nesse processo, desempenharam um papel fundamental as teorias psicológicas e pedagógicas. A idéia de que a criança é um ser em formação e a de que as ações sobre ela terão conseqüências no futuro trazem consigo a necessidade de se ajustar a educação e o cuidado a uma ordem pretensamente natural de desenvolvimento infantil. É o que Lajonquière (2000; 2002) identifica como a “ilusão psicopedagógica” de nossos dias. Segundo o autor, a psicopedagogia se propõe a descobrir as técnicas necessárias para que esse ajuste se dê em conformidade com um ideal de natureza, tornando possível e necessária uma “profilaxia educativa na infância” (Lajonquière, 2000, p. 16). Cada mínimo gesto deveria prevenir um desvio da anormalidade. Assim, a educação e o cuidado das crianças se tornam tarefas de alto risco. A pedagogia procurava diminuir “o medo dos adultos perante os perigos e vicissitudes próprios da vida junto às crianças, à medida que formula *prescrições, proibições e restrições* sempre justificadas” (idem, p. 20). A justificação aqui possui caráter científico, pois a ciência deteria um saber mais verdadeiro sobre a natureza, sendo a única capaz de definir o que é natural e normal. Os adultos – pais e educadores – endereçam-se às

crianças com medo de “estragá-las”, com medo de agir “contra a natureza”, e assim esperam uma justificativa para intervir “em nome de uma certeza” (Lajonquière, 2002, pp. 36-7). Os especialistas se tornam o referencial dessa certeza, e assim

(...) os adultos condenam-se a experimentar um sentimento de vergonha atrelado a um certo medo de vir a errar junto à criança. Assim como o professor pergunta a supostos especialistas em educação sobre suas ações, e com isso se demite do ato, os pais fazem a mesma coisa. Obviamente, quem nunca toma uma decisão em nome próprio nunca erra. Só pode “errar” quem não se omite (idem., p. 41).

O corpo infantil se torna então objeto de uma complexa rede de conhecimentos que não pode mais ser gerenciada pelos pais exclusivamente. A medicina, a psicologia e a pedagogia desenvolveram uma série de conceitos sobre a saúde física e mental e sobre o desenvolvimento e o aprendizado das crianças. O desrespeito a essas normas poderia resultar em uma criança – e, conseqüentemente, em um futuro adulto – menos saudável. Ao mesmo tempo, o sistema jurídico determina condutas necessárias à proteção integral da criança, condutas que os pais devem seguir à risca sob pena de perderem a guarda das crianças em favor do Estado. Essa situação colocou os pais num ambiente de insegurança e temor, o que os faz recorrer ao apoio de uma enorme gama de especialistas.

A apropriação do corpo e da subjetividade infantis pelos especialistas é um processo cujas origens remontam ao crescente interesse do Estado nas questões privadas, sobretudo as relativas à saúde. No Brasil de meados do século XIX, os médicos higienistas se uniram ao Estado como instrumento para a assimilação da população a uma nova organização social. O objetivo era fazer as pessoas se convencerem de que tinham a ganhar com sua sujeição à ordem estatal. O que elas ganhavam era “a persistência da prole, o prolongamento da saúde, a felicidade do corpo” (Costa, 1999, p. 31). As pessoas objetos da intervenção viam essa ação como um benefício e, assim, vigiavam a si mesmas e aos demais membros da família como constrangimento para que os ditames médicos fossem seguidos à risca. A medicina dava um novo sentido ao desvio: ele não era mais classificado em termos de crime ou

de pecado, mas em termos de anormalidade e antinaturalidade. Os conceitos morais foram transferidos para o corpo e assim transformados em fatos médicos (científicos), dos quais só os especialistas em higiene podiam cuidar.

Costa (op. cit.) relaciona uma série de obras científicas do século XIX que mostravam preocupação com o fato de a saúde dos filhos ficar exclusivamente a cargo dos pais. Segundo esses tratados, a medicina e o Governo, dotados de racionalidade, deveriam intervir sobre a educação das crianças e dos jovens. Não havia crime ou culpa, mas deveria haver “correção”, que se exercia como necessária ao bem do próprio infrator. Porém, o infrator não detinha conhecimento suficiente para decidir entre o certo e o errado, entre o adequado e o inadequado. A higiene procurava mostrar assim que os pais erravam por ignorância e, por isso, eram irresponsáveis. A ignorância e a irresponsabilidade eram a essência da “infração familiar”: “elas tinham que ser mantidas, defendidas, estimuladas, pois foi sobre elas que a higiene se apoiou para remanejar as relações de poder dentro da família sem ser vista como intrusa ou inimiga” (idem, p. 71). A produção da ignorância se dava por meio da criação de distinções e classificações cada vez mais sofisticadas, portanto, inacessíveis aos leigos. A dependência das famílias à medicina ocorreria porque os pais *não sabem*. Nesse lapso do conhecimento familiar, aparecia o médico, insistindo que “sem ele nada restava, senão o caos, a loucura, a doença e a morte” (idem, pp. 73-4). O mundo crescia em complexidade diante das pessoas que até então estavam submetidas aos desígnios de Deus ou do pai na decisão do que era certo ou errado. As regras do controle higiênico se tornavam cada vez mais detalhadas, diversificadas, microscópicas, o que nublava a capacidade de compreensão das famílias.

Não havia um código claro, permanente, que orientasse o sentido das proibições. A higiene deu margem a esse jogo de variações infinitas. Quase toda atividade humana podia ser potencialmente mórbida. Simultaneamente, quase toda conduta tornou-se um tesouro virtual de ação terapêutica. Tudo era ao mesmo tempo sadio e doente. A sabedoria consistia em dosar os excessos, revitalizar os meios termos. Era praticamente impossível à família acompanhar a velocidade criativa dos médicos. Onde acreditava acertar, errava; onde pensava errar, tinha acertado. O medo produzido pelas constantes ameaças de doença não era proporcional à aquisição das regras do bem-estar. A família desequilibrava-se e buscava um denominador comum

para seus acordos e conflitos. Nesta procura, recorria cada vez mais aos médicos. Estes últimos, sempre à mão, aproveitavam cada consulta para resolver certos problemas e deixar plantados os germes de novas dificuldades. Observando os efeitos do que eles próprios criavam, reforçavam a convicção de que a prática confirmava a teoria. Acreditavam que, em todos estes momentos, intervinham como solícitos portadores de neutras soluções científicas (idem, pp. 138-9).

A situação assemelha-se bastante ao que temos hoje: a complexidade do corpo e da alma da criança torna sua criação uma tarefa impossível para que a família a realize com seus próprios recursos. As inúmeras possibilidades de ações de cuidado e suas respectivas conseqüências, mais a ausência de critérios inequívocos para as tomadas de decisão não deram maior liberdade aos pais; pelo contrário, aumentaram a dependência deles em relação aos detentores do saber. Se a sustentação das condições da infância se tornou uma questão tão importante na atualidade, cada pessoa adquire uma responsabilidade que vai além da simples criação de um filho: ela é agora responsável pela preservação da infância propriamente dita. É nesse contexto que a tarefa de cuidar e educar os filhos se torna motivo de tanta apreensão para os pais. Os erros são erros de “lesa-sociedade”. Daí a grande demanda por conselhos e métodos que ajudem a encontrar certezas para uma ação mais adequada. Se antes essas certezas se baseavam em algum tipo de autoridade tradicional, hoje, a complexidade criada pela prática do cuidado infantil exige uma série de métodos cientificamente estruturados para que se consiga o ajuste perfeito. Afinal, como foi tema de matéria da *Revista SuperNanny* (ano 1, n. 7), poderiam os pais saber, sem ajuda especializada, exatamente qual a melhor idade para o filho “andar de ônibus sozinho”, “atender ao telefone”, “ganhar mesada”, “tocar um instrumento”, “usar maquiagem” ou outras 25 atividades que ele terá de enfrentar na vida? Nesses exemplos corriqueiros se expressam os problemas gerais relativos à infância que são potencialmente perturbadores. É justamente nesse ambiente de tensão que produtos culturais como o programa *SuperNanny* se colocam como possíveis mediadores, propondo um tipo de organização para os conflitos pessoais e familiares que envolvem as crianças.

A estratégia de legitimação de *SuperNanny*

Em entrevista a um site sobre personalidades da mídia, Cris Poli ressaltou que seu objetivo é ajudar as famílias a pôr na linha as crianças mal comportadas:

O interessante é que são os pais que, desesperados, pedem essa ajuda. Então, sinto-me à vontade para observar e pontuar aquilo que realmente deve mudar. Ao perceberem que entendo do assunto, eles me respeitam cada vez mais e as mudanças acabam ocorrendo naturalmente. (in Takano, on line, 05/04/2006).

Segundo seu próprio entendimento, sua posição de especialista está sustentada não só nos seus conhecimentos, mas no próprio desespero dos pais, que não sabem mais como impor limites aos filhos. O discurso da apresentadora se enquadra no momento atual de retomada das idéias de disciplina, de autoridade e de limites na relação com os filhos. Como indicava matéria da seção sobre cuidado dos filhos publicada na revista *Cláudia* de novembro de 2001, o rigor na educação dos filhos que existiu até a década de 1950 foi substituído por uma relação mais permissiva, seguindo a onda da liberação de costumes das décadas de 1960 e 1970. Porém, esse último modelo foi abandonado, pois o resultado dele foi crianças sem consciência de limites, o que tornou quase impossível a criação dos filhos. Segundo a revista, o momento agora seria o do “equilíbrio”: a postura conservadora retornaria com menos sentimento de culpa, numa versão adaptada ao século XXI, o que inclui a negociação, a racionalidade e a coerência no trato com as crianças.

Percebe-se assim que a intervenção da *SuperNanny* sustenta-se tanto pela insegurança inerente ao trabalho de cuidar de crianças quanto por sua linguagem racionalizante. Isso significa que presenciamos na tela a transferência das regras administrativas e científicas – impostas de forma cada vez mais geral no contexto da sociedade capitalista e tecnológica – para o âmbito da vida privada. O panorama social de confronto entre a angústia e a razão encontra em *SuperNanny* uma forma acabada, delimitada, que pode ser transformada em objeto de compensação emocional. A atração que o programa exerce sobre os pais parece ser resultado da

identificação com as questões vividas na prática. Porém, mais do que fornecedor de conselhos, o programa é uma forma de dramatizar o que acontece na vida cotidiana e de produzir uma espécie de conforto emocional ou cognitivo.

Assim, o programa se legitima pelos conceitos psicopedagógicos (já incorporados à linguagem cotidiana pela literatura popular de ajuda aos pais) e pela sua disciplina administrativa, que promove uma espécie de *gerenciamento do lar*. *SuperNanny* realiza uma espécie de consultoria à família, em que diagnostica o problema e propõe soluções que devem ser implementadas sob sua fiscalização e, mais do que isso, incorporadas pelos pais.

Por ser um *reality show*, *SuperNanny* intervém na vida real daqueles que ali aparecem. Porém, enquanto programa de TV, ele destina sua intervenção, por extensão, aos pais que estão em casa, que podem assim se identificar com os problemas que se desenrolam na tela. Esse é o público preferencial do programa, mas talvez não seja o único: possuir filhos pode não ser algo absolutamente necessário para se desenvolver atração pelo programa, pois este representa acima de tudo uma possibilidade de organização da realidade que pode funcionar como gratificação cognitiva e emocional. A possibilidade de solução técnica de determinados problemas ultrapassa o próprio âmbito do cuidado infantil. Observar a implementação de ações técnicas sistemáticas que são aos poucos colocadas em prática, configurando-se assim uma ordem no caos inicial, pode representar uma espécie de “alívio de tensão” que não se refere necessariamente aos pais preocupados com a boa condução da vida familiar ou com o desenvolvimento infantil.

O discurso sobre limites e equilíbrio aparentemente rebate de maneira positiva em pais que não sabem encontrar o ponto ideal para lidar com os filhos. Quando o controle sobre o destino das crianças surge como um horizonte possível graças às descobertas científicas relativas à natureza do desenvolvimento infantil, a figura do especialista (médico, psicólogo, pedagogo ou psicopedagogo) aparece como necessária, pois só ele saberia dosar os excessos e encontrar o ponto certo para intervenção junto às crianças. Atualmente, a ciência e a tecnologia assumem um lugar de suma importância na condução da vida moderna. O erro pode ser eliminado, desde

que se conheçam as técnicas adequadas e seus possíveis resultados. A aplicação sistemática de um método organiza o espaço e o tempo em que as pessoas vivem. Nas empresas, na política ou nas relações pessoais, o controle parece estar na ordem do dia, pois tudo parece ser uma questão de racionalizar as ações com o fim de alcançar a maior eficiência possível. Essa tendência social é reproduzida em grande medida pelo programa, que procura enfatizar as idéias de *regra, método e rotina*.

Em *SuperNanny*, o ajuste das relações familiares pode ser conseguido via a utilização de alguns métodos. Um deles é o “Cara a cara”, método em que, com uma ampulheta para controlar o tempo que cada um fala, o casal fica frente a frente para desabafar, se olhar, prestar atenção e colocar para fora alguma coisa que está guardada, mas sem agredir, na tentativa de melhorar a relação. Outro é o “Banquinho da disciplina”: se a criança descumprir as regras de não falar palavrão, de não brigar com os irmãos, de arrumar os brinquedos etc. duas vezes seguidas (depois de já ter recebido uma advertência), ela deve se sentar em um banquinho para pensar no que fez. Se as pessoas da casa não seguem horários para refeições ou para tarefas escolares e domésticas, há o “Quadro de rotina”, em que se podem listar as tarefas, seus horários e o cumprimento ou não delas. Se a organização espacial da casa não favorece a rotina, implementam-se mudanças, como transformar um escritório em quarto, por exemplo, para separar os dormitórios de dois irmãos que costumam fazer bagunça antes de dormir.

Para os interesses desta análise, pouco importa que os métodos obtenham os resultados desejados. Como já sugerido, o público do programa pode até mesmo não ter filhos e não estar diretamente interessado na organização do lar. Parece mais importante aí o fato de que o programa deixa aflorar a sensação de que todos os problemas familiares têm origem na *falta de ordem*. O telespectador, mais do que organizar de fato sua vida familiar pela aplicação efetiva desses métodos, pode buscar no programa um modelo ou esquema de organização mental que lhe permita vislumbrar um caminho possível diante das incertezas da vida. A ordem proposta não é só a ordem da vida prática, mas também a da vida mental, relativa ao sentido do mundo. Os elementos dispersivos e caóticos da realidade inicial (brigas,

desobediência, confusão, angústia) vão ganhando, ao longo de cada episódio, uma forma perceptível, com contornos mais definidos. Portanto, os métodos propostos pela especialista funcionam como a concretização de uma ordem possível diante do ambiente de incertezas e de confusão cognitiva que permeia não só a família, mas toda a sociedade. Esses métodos são, segundo a expressão de Adorno (1987), “padrões aliviadores de tensão”, que forneceriam, “em um mundo pretensamente caótico, algo como critérios para orientação” das pessoas (pp. 291-2).

SuperNanny transfere para a organização da vida familiar conceitos gerenciais baseados em uma ciência administrativa: diagnóstico dos problemas, identificação de suas causas, implementação de ações técnicas estruturadas e avaliação dos resultados. Dessa forma, o programa indica sua relação com o mundo real. Ou seja, o significado do programa e a legitimação de seu discurso são resultado de sua conexão (imaginária) com o modo de funcionamento da sociedade, compreendido cada vez mais em termos administrativos e técnicos – como pode ser verificado na ascensão do jargão gerencial e de marketing em âmbitos não necessariamente empresariais, como a educação ou mesmo as conversas pessoais informais.

Portanto, a originalidade de *SuperNanny* está na dramatização (ficcional e realística) dos problemas cotidianos enfrentados por diversas famílias: crianças que não obedecem, que fazem xixi na cama, que não se alimentam direito, que brigam com os irmãos; e pais que discutem entre si, que se sentem culpados, que perdem o sono por causa disso tudo. O programa transforma em motivo de distração as angústias próprias da vida junto às crianças. Portanto, ele precisa fazer uso de certos recursos estéticos para manter a conexão com o público. Alguns desses recursos aproximam o programa da ficção: a edição de imagens, que dá uma narratividade às situações, e a edição musical, usada para dar dramaticidade ou comicidade às cenas. Outros recursos, ao contrário, são próprios de seu formato de *reality show*, o que Andacht (2002; 2003) denomina, seguindo o conceito peirceano de índice, *index appeal* – marcas que indicam a relação da representação com o real, com aquilo que existe fora da representação. Essas marcas aparecem, por exemplo, nas reações

espontâneas de pais e filhos diante das situações vividas no dia-a-dia, apesar da presença das câmeras.

O sentido geral da atração indica, assim, *a transição do caos para a ordem*. Essa transição, que se apresenta ao indivíduo como possibilidade de organização de sua capacidade de compreensão da realidade, se baseia em preceitos científicos e administrativos. O público já está de certa maneira preparado para reconhecer essa forma de racionalidade, pois vários conceitos da psicopedagogia e da administração já se incorporaram ao discurso cotidiano por meio de uma literatura de consumo amplamente difundida. Os problemas que têm origem na realidade social tomam uma forma mais definida por meio das “*prescrições, proibições e restrições sempre justificadas*” da psicopedagogia (Lajonquière, 2000, p. 20). Da mesma forma, a ordem narrativa geral do programa – *diagnóstico, aplicação de ações técnicas e avaliação dos resultados* – indica sua relação com uma espécie de gerenciamento do lar. Portanto, *o método, as regras e a rotina*, apresentados no programa como maneiras de colocar as coisas em seus devidos lugares, são fórmulas ou esquemas capazes de captar a atenção do público e de legitimar o discurso do programa, pois direcionam a compreensão para uma ordem que se mostra presente em toda a sociedade: a racionalidade científica e administrativa.

Assim, mesmo as pessoas que não têm filhos ou que não têm esse tipo de problemas são capazes de identificá-los como problemas legítimos e de perceber essas situações como momentos em que há a ausência de ordem e, portanto, uma dispersão do sentido da realidade. A utilização pelo programa de uma linguagem racional – psicopedagógica e administrativa –, capaz de estruturar narrativamente aquela confusão inicial, pode funcionar como esquema de sentido não só para pais, mas para todos aqueles interessados em encontrar um rumo para os descaminhos da vida na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: TA Queiroz, 1987.

ANDACHT, Fernando. Big Brother te está mirando: la irresistible atracción de um reality show global. In: Paiva, Raquel (org.). **Jornalismo e Ética**. São Paulo: Mauad Editor, 2002. pp. 63-100.

_____. **El reality show**: una perspectiva analítica de la televisión. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COHN, Gabriel. Introdução. Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: ADORNO, Theodor. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

CORAZZA, Sandra. **História da infância sem fim**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva/Ed. USP, 1990.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. Freud, sua “educação para a realidade” e a ilusão (psico)pedagógica de nossos dias. In **Educação e Realidade**, v. 25, n. 1., 2000.

_____. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, M. et al. (orgs.). **História da Vida Privada, 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Colóquio Internacional
Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 - www.tvrealidade.ufba.br

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século da Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TAKANO, Andréia. SuperNanny dá plantão em mais uma casa brasileira. In: **O Fuxico** (on line). Disponível em: http://ofuxico.uol.com.br/Materias/Noticias/noticia_20211.htm. Acessado em 18/05/2007. Publicado originalmente em 05/04/2006.